

JOSÉ LUÍS BRANDÃO  
FRANCISCO DE OLIVEIRA  
(COORD.)

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

IMPÉRIO ROMANO  
DO OCIDENTE E  
ROMANIDADE  
HISPÂNICA



## 9. OS SEVEROS

**Ana Teresa Marques Gonçalves<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Goiás

ORCID: 0000-0001-6020-3860

anateresamarquesgoncalves@gmail.com

**Sumário:** Convencionou-se denominar de Severos os imperadores que governaram Roma e seu Império territorial de 193 a 235 d.C., ou seja, Septímio Severo, Geta, Caracala, Macrino, Heliogábalo e Severo Alexandre. Todos tiveram governos com características específicas e acrescentaram ou aboliram práticas sociais, políticas e econômicas que transformaram a sociedade romana.

Élio Aristides, em seu *Discurso a Roma*, promove a ideia de que os governos dos imperadores Antoninos foram o ápice da administração imperial, pois percebe a conquista do mundo pelos romanos, que chega a seu extremo de expansão territorial do *limes* com as guerras dácicas promovidas por Trajano, como um elemento de desenvolvimento do Mediterrâneo capaz de transformar o gênero humano como um todo em algo melhor. Afirma em sua obra que os romanos “transformaram o mundo inteiro em um prazeroso jardim”<sup>2</sup>. Depois de se alcançar o extremo da boa governança, só restaria aos pósteros lidarem com a queda. Os próprios autores que produziram suas obras na passagem do II para o III século d.C. percebem seu tempo como um momento de crise a ser solucionada. Herodiano, em sua *História do Império Romano Após Marco Aurélio*, busca demonstrar que depois do governo idealizado de Marco o Império havia sido lançado num momento de grandes conturbações:

---

<sup>1</sup> Professora Titular de História Antiga e Medieval na Universidade Federal de Goiás. Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR) – Núcleo Goiás. Bolsista Produtividade II do CNPq.

<sup>2</sup> Hel.Arist. *Orat.* 26.59.

“Este Império foi governado com dignidade até a época de Marco, e era admirado com respeito. Quando caiu nas mãos de Cômodo começaram os erros, imputáveis à sua juventude, mas em todo o caso foram ocultados pela sua nobre origem e pela memória de seu pai. Seus erros inspiravam mais compaixão que ódio, pois eram atribuídos não a si, mas aos seus adutores e conselheiros e cúmplices de suas infâmias”<sup>3</sup>.

Por esta leitura de seu tempo, Herodiano optou por construir sua narrativa tendo por marcos cronológicos os últimos atos de Marco Aurélio, antes de sua morte em 180 d.C., à ascensão de Gordiano III, em 238 d.C.. Deste modo, seu relato abarca 58 anos do Império Romano, indo, assim, do governo de um *Optimus Princeps* até o governo de um *Princeps Puer*. Para este autor, os governos posteriores ao de Marco concentraram em si todos os tipos de problemas capazes de imprimirem mudanças responsáveis por atraírem a atenção de um historiador da Antiguidade latina:

“Acredito que não desagradará aos leitores posteriores o conhecimento de um tão grande número de importantes acontecimentos concentrados em um tão curto espaço de tempo. Em todo caso se alguém passasse em revista todo o período que vai de Augusto, quando o regime romano se transformou em poder pessoal, até os tempos de Marco, não encontraria nestes cerca de duzentos anos nem tão contínuas alternâncias no poder imperial, nem tantas mudanças de sorte em guerras civis e exteriores, nem comoções nos povos das províncias e conquistas de cidades [...], nem movimentos sísmicos e pestes, nem finalmente vidas de tiranos e imperadores tão incríveis que antes eram raras ou nem sequer eram recordados”<sup>4</sup>.

Díon Cássio, na obra *História Romana*, escrita por este senador da Bitínia no mesmo período em que Herodiano produziu seu relato, também defende que após os Antoninos o Império enfrentou grandes perturbações, ao afirmar que se passava, sob o governo dos Severos, de uma idade do ouro para uma idade do ferro<sup>5</sup>.

Estes são apenas alguns exemplos de uma documentação textual passível de abalizar concepções historiográficas que sustentam que após o governo de Cômodo o Império teria sido lançado numa grave crise institucional, administrativa, econômica e política. Só para citar três exemplos (um inglês, um francês e um italiano) desta postura bastante pessimista a respeito dos Severos, destacamos a obra de F.W. Walbank, *La Pavorosa Revolución*, que observa que após o “verão dos Antoninos” teria se iniciado uma “usurpação militar do poder” que levou à “queda de Roma”<sup>6</sup>; o livro de Roger Rémondon, *La Crisis del*

---

<sup>3</sup> Hdn. 2.10.3.

<sup>4</sup> Hdn. 1.1.3-4.

<sup>5</sup> D.C. 71.36.4.

<sup>6</sup> Walbank 1981 50-54.

*Imperio Romano*, no qual fica bastante claro que é exatamente o afastamento dos “princípios iluminados” dos Antoninos que leva o Império a mergulhar numa longa “decadência” a partir dos Severos<sup>7</sup>; e o clássico opúsculo de Francesco de Martino, em que se elencam as duas correntes fundamentais, no interior da historiografia moderna sobre os governos severianos, que têm buscado explicar as controvérsias por eles enfrentadas:

“Segundo uma, Septímio Severo, o fundador da dinastia mediante uma usurpação militar, se afastou decisivamente dos princípios do governo iluminado dos Antoninos e desde o início fez a barbarização do Estado romano, apoiando-se no elemento militar constituído a partir da massa rude da província. Segundo a outra, ao contrário, ele foi o responsável por estender a todo o Império a cultura e os bens materiais da Itália e das antigas províncias, quase sendo a expressão de um movimento revolucionário, democrático, vindo da parte mais humilde da população do Império. Estas duas correntes contrapostas não são devidas à extravagância dos historiadores, mas derivam do fato de que os aspectos do governo dos Severos são efetivamente contraditórios e apresentam a característica de uma luta acirrada contra o senado e a aristocracia, compreendida aquela da província, e por isso de um despotismo militar cruel e de uma tendência favorável às classes humildes da população, seja na elaboração de vários princípios jurídicos, seja pelo tratamento dado aos administradores [...]. A ascensão dos Severos implica uma luta decisiva contra a velha classe dirigente, um maior favor em direção às classes inferiores, das quais era extraído o elemento militar, a progressiva militarização dessas classes e definitivamente o nascimento de uma monarquia militar fundada sobre o elemento popular”<sup>8</sup>.

Deste modo, torna-se fundamental despirmo-nos de antigas e arraigadas conceituações negativas a respeito dos Severos para podermos propor uma releitura de seus feitos à frente do governo de Roma e de suas várias províncias. Este processo já se encontra em andamento. No livro *L'Empire Romain en Mutation, des Sévères à Constantin*, Jean-Michel Carrié e Aline Rousselle discutem vários destes argumentos tradicionais e a qualificação de Septímio Severo como um imperador militar e autocrata. Segundo estes autores, Septímio deveria ter sua imagem mais ligada ao direito, devido às suas destacáveis aptidões para o governo civil e para os princípios fundadores do direito romano, do que aos aspectos militares<sup>9</sup>. Sem dúvida, Septímio inaugurou uma longa série de governantes impostos ao senado pelo exército, mas fez questão de ser legitimado pelos senadores quando entrou em Roma, tanto que correu com suas legiões para chegar a Roma e ser reconhecido como imperador após as guerras civis de 193 a 195 d.C., e discursar diante dos mesmos antes que Pescênio Nigro o fizesse. Da mesma forma, fez questão que os filhos fossem aceitos como seus

---

<sup>7</sup> Rémondon 1967 178-181.

<sup>8</sup> De Martino 1974 393-394.

<sup>9</sup> Carrié - Rousselle 1999 55.

herdeiros pelos senadores<sup>10</sup>. Destacável também é a obra *Severan Culture*, coletânea de artigos editada por Simon Swain, Stephen Harrison e Jás Elsner, que demonstra cabalmente que o Império Romano durante os governos de Septímio e de seus sucessores (193 a 235 d.C.) vivenciou uma vida cultural rica e dinâmica, digna de ênfase, e não o auge do militarismo e da rudeza como uma historiografia mais tradicional tenta imprimir.

## 1. Septímio Severo e seus sucessores

O surgimento de mais uma dinastia de imperadores, após outra crise sucessória aberta com o assassinato de Cômodo, mandado executar por seu prefeito do pretório, chamado Leto, em 192 d.C., e posteriormente agravada com a eliminação de Hélio Pertinaz pelos pretorianos, levou a um realinhamento das forças sócio-políticas no interior do Império Romano. Cômodo, durante seu governo (180-192 d.C.), enfrentou diversas conspirações, como a promovida por sua irmã Lucila em 182 d.C., que contou com o apoio de alguns senadores, e as engendradas por seus prefeitos do Pretório Perênio e Cleandro, respectivamente em 185 e 189 d.C.. Deste modo, a conjuração de Leto, apoiada pela esposa de Cômodo, Márcia, e por alguns senadores e membros da guarda pretoriana, foi apenas o cume de um processo que vinha se estruturando há muito tempo.

A guarda pretoriana, cada vez mais, alcançou, durante ainda a dinastia dos Antoninos, destaque no cenário político romano. De defensores da pessoa do imperador, os membros da guarda foram assumindo inúmeras outras funções, como a defesa do palácio e da família do príncipe, até chegarem ao ponto de se sentirem os responsáveis pela proteção do cargo imperial e pela indicação dos soberanos. Assim, não é de se estranhar que o sucessor de Cômodo, Públio Hélio Pertinaz, senador eminente e rico, prefeito da Cidade de Roma, indicado por seus pares senatoriais, tenha ficado apenas oitenta e sete dias no poder. Para tentar evitar o agravamento da economia, já que os cofres públicos encontravam-se esvaziados desde os esforços de guerra implementados durante o governo de Marco Aurélio, Pertinaz negou-se a distribuir um *donativum* de doze mil sestércios para cada membro da guarda<sup>11</sup>. Os pretorianos invadiram o palácio e assassinaram Pertinaz, promovendo uma espécie de leilão do cargo imperial. Neste processo, apareceu Dídio Juliano, também senador e rico, que ofereceu vinte cinco mil sestércios para cada membro da guarda que o ajudasse a ascender ao comando imperial. Juliano acabou acolhido pelo senado, mas não conseguiu apoio junto às tropas estacionadas nas fronteiras. As legiões da Panônia aclamaram Septímio Severo, as estacionadas na Síria apoiaram a indicação de Pescênio Nígro e as da Bretanha indicaram Clódio Albino. Septímio

---

<sup>10</sup> Idem 73-75.

<sup>11</sup> D.C. 74.1.2.

foi quem se organizou mais rápido. Reuniu dezesseis legiões, proclamou-se Vingador de Pertinaz e se dirigiu a Roma. Conhecia bem o Império, tendo trabalhado sob os governos dos Antoninos. Havia recebido cargos na Sardenha, na província da África, na Síria, na Sicília, na Gália. Em 193 d.C., ele entrou em Roma, fomentou a morte de Dídio Juliano e reformou a guarda pretoriana, identificada como a assassina de Pertinaz, de quem se dizia Vingador.

Descreve, assim, Herodiano, a reforma da guarda:

“Quando Severo recebeu a notícia da decisão do senado (de proclamá-lo imperador único) e da morte de Juliano, [...] criou uma forma astuta para controlar e aprisionar os assassinos de Pertinaz. Enviou de forma privada mensagens secretas com generosas promessas aos tribunos militares e aos centuriões para que persuadissem aos soldados de Roma a obedecer suas ordens com disciplina. Enviou também um recado às tropas, ordenando que deixassem todas as armas no acampamento e que saíssem em paz, [...] lhes ordenou que fossem prestar juramento de fidelidade a sua pessoa, plenamente confiantes de que seriam sua guarda pretoriana. Os soldados confiaram nas ordens e, persuadidos pelos tribunos, deixaram todas as armas e se apressaram a sair, vestidos somente com os uniformes de cerimônia e com coroas de louros. [...] Então, Severo lhes ordenou que se agrupassem para dirigir-lhes palavras de boas vindas. Mas quando se aproximaram dele, que havia subido numa tribuna, [...] com um sinal todos foram rodeados. Severo havia ordenado previamente a seus homens que, quando os pretorianos estivessem próximos a ele, com a atenção distraída, fossem cercados como inimigos. [...] que os mantivessem cercados e os vigiassem com suas armas [...] para que não se atrevessem a lutar por temor de serem feridos, por estarem em inferioridade numérica e desarmados frente a tropas bem armadas e numerosas”<sup>12</sup>.

Severo, então, fez um longo discurso no qual demonstrou bastante clemência ao lhes poupar a vida, mas obrigou-os a se despirem de todos os distintivos militares. Os pretorianos perderam, assim, seus cargos e foram despojados de armas. Severo ainda mandou que se confiscassem as armas deixadas no pretório e que se fechassem as portas do acampamento para que os pretorianos não conseguissem retomar suas forças. “Este foi, pois, o castigo que receberam os assassinos de Pertinaz”<sup>13</sup>. Os pretorianos antigos foram, então, banidos de Roma<sup>14</sup>.

Contudo, o imperador não podia ficar sem uma guarda de proteção. Desta forma, constituiu uma nova guarda com os melhores soldados vindos das legiões provinciais. Até o governo de Severo, os pretorianos eram escolhidos somente entre soldados vindos da Península Itálica. Além disso, Septímio triplicou as

---

<sup>12</sup> Hdn. 2.13.1-5.

<sup>13</sup> Hdn.2.13.12.

<sup>14</sup> D.C. 75.1.1.

coortes urbanas, responsáveis pela segurança da cidade de Roma; criou os *equites singulares*, isto é, um corpo de cavalaria para auxiliar na defesa do imperador, de sua família e de seu palácio; e estacionou nos Montes Albanos, próximos a Roma, trinta mil soldados. Todas estas medidas contribuíram para aumentar a sensação de proteção garantida ao governante, que ainda teria que enfrentar dois inimigos, que como ele queriam ocupar o cargo imperial: Pescênio Nigro e Clódio Albino.

Percebendo que não poderia lutar em duas frentes, contra Albino que vinha do Ocidente e contra Nigro que vinha do Oriente, Septímio se aliou a Albino, proclamando-o César e, portanto, indicando-o para ser seu sucessor, e atacou Nigro na Síria. As tropas severianas venceram as de Nigro, que acabou sendo assassinado quando tentava atravessar o rio Eufrates, para se refugiar no território dos Partos. Após esta vitória, Septímio decidiu indicar seus filhos, Caracala e Geta, como seus herdeiros e sucessores do comando imperial, atraindo a ira de Albino. Este se rebelou ao perceber que não conseguiria ascender ao comando imperial. Reuniu suas legiões e atravessa a Gália, com o intento de invadir a Península Itálica. Septímio reorganizou suas legiões e foi ao seu encontro, travando a batalha de *Lugdunum*, na qual Albino foi vencido. Seus partidários foram executados, estando entre eles vinte e nove senadores favoráveis a Albino e contrários a Severo.

Num artigo clássico, intitulado “La Lotta di Settimio Severo per la Conquista del Potere”, Eugenio Manni defende que a principal arma usada por Severo para conseguir se legitimar no poder após as guerras civis travadas contra Nigro e Albino foi se declarar o continuador dos Antoninos<sup>15</sup>. Após vencer Clódio Albino, Septímio estava pronto para começar um governo sem guerras civis e com vitórias sobre os Partos, nas quais estava metido desde sua aclamação como imperador em 193 d.C.. Desta forma, em 196/197 d.C., ele se dedicou a criar bases sólidas e legítimas para seu governo. Assim, mudou o nome de seu filho mais velho para Marco Aurélio Antonino, em 196 d.C. e, no ano seguinte, proclamou-se filho de Marco Aurélio e *frater Commodi*, decretando que sua *damnatio memoriae* deveria ser interrompida e substituída por uma apoteose, convencendo o senado, após suas gloriosas vitórias internas e externas, a promover a *consecratio* de Cômodo e a denominá-lo de *Pius Felix*. No mesmo ano, Caracala recebeu o título de *Imperator Destinatus*, em troca do apoio que dera ao pai ao longo das batalhas travadas no Oriente.

A lembrança das desmedidas de Cômodo assustaram o senado, mas era impossível se vincular à imagem de Marco Aurélio sem procurar reabilitar a de Cômodo, seu filho e herdeiro. Contudo, senadores fizeram pilhérias a respeito da inovação proposta por Severo, ao adotar um pai ao invés de ser adotado por ele. E é Díon Cássio quem nos conta:

---

<sup>15</sup> Manni 1947 24.

“Quando o imperador se registrou na família de Marco, Áuspice (o importante senador A. Polênio Áuspice) falou: ‘Eu o cumprimento, César, por ter achado um pai!’, comentando que até esse momento ele não tinha tido pai devido a seu obscuro nascimento”<sup>16</sup>.

Parece, desta forma, que a vinculação mais estreita à memória de Marco Aurélio teria agradado a vários senadores, mas a reabilitação de Cômodo teria provocado o efeito inverso. O nome de Marco Aurélio estava inseparavelmente unido ao epíteto de “filósofo”, pois esta foi a imagem construída por ele e que se perpetuou nos trabalhos dos historiadores antigos e modernos, pois ele se manteve conforme às tradições romanas e divulgava máximas do estoicismo, que agradavam aos aristocratas mais cultivados. Para os historiadores antigos, como vimos, Marco Aurélio já aparecia como o último imperador de uma Roma feliz, cujo equilíbrio teria sido rompido com a ascensão de Cômodo<sup>17</sup>, e esses autores representavam um modo de entendimento comum a alguns grupos aristocráticos, que ficaram bastante contentes com a aproximação de Septímio da imagem de Marco, mas resistiram à aproximação com a odiada imagem de Cômodo.

Septímio buscou controlar as oposições a seu governo mediante a remessa de donativos para os soldados. Além disso, criou novas estratégias para defesa das fronteiras, reforçando fortificações, construindo novas estradas para facilitar a movimentação das tropas, criando forças móveis e facilitando o recrutamento regional de soldados. Num processo que se estendia desde o governo de Domiciano, da dinastia dos Flávios, Severo aumentou o soldo dos legionários e reorganizou a *annona* militar, responsável pela distribuição de alimentos para os soldados. Permitiu o casamento oficial dos legionários e a permanência de suas famílias em cidades próximas às fortificações. Além disso, concedeu acesso direto dos centuriões à ordem equestre, o que lhes abria inúmeras possibilidades de ascender a cargos civis e militares.

Com estas medidas, Severo buscava obter o apoio das forças militares, mas também fortalecer as fronteiras frente aos avanços dos Partos, no Oriente, e dos Bretões, que insistiam em atravessar a Muralha de Adriano. Manteve relações tensas com os senadores, visto que confiou várias legiões e governos de províncias a equestres, além de fortalecer o cargo de prefeito do pretório, que passou a ser ocupado por famosos juristas, durante o período severiano, como Papiniano, Ulpiano e Júlio Paulo, em detrimento do cargo de prefeito da Cidade de Roma, ocupado somente por membros da ordem senatorial. As relações com o senado pioraram após a conjuração de Plauciano, prefeito do pretório e amigo pessoal de Severo, como ele africano nascido em Leptis Magna, ocorrida em 205 d.C., na qual estavam implicados vários senadores.

---

<sup>16</sup> D.C. 77.9.4.

<sup>17</sup> Grimal 1997 7 e 327.

Além disso, o período severiano foi muito importante para a sistematização das leis, tanto que Jean-Pierre Coriat chamou Septímio de “Le Prince Législateur”, tal a técnica legislativa que se desenvolveu a partir de seu governo e dos métodos de criação do direito imperial que foram fomentados por ele e pelos seus sucessores<sup>18</sup>.

Seguindo o modelo deixado por Adriano, Severo fez várias viagens pelo Império, buscando conhecer seus governados, restabelecer o moral das tropas, garantir a fidelidade das elites provinciais e fiscalizar os governadores provinciais. Buscou também aproximar sua família de seu governo dando títulos diversos a sua esposa, Júlia Domna, e a seus dois filhos e herdeiros, Caracala e Geta. Septímio morreu de doença em 211 d.C., na cidade de York, enquanto lutava contra os invasores na Bretanha.

Baseando-se na frase proposta por Díon Cássio como o último conselho de Septímio para seus filhos e herdeiros: “Permaneçam unidos, enriqueçam os soldados e não se preocupem com os demais”<sup>19</sup>, muitos autores defenderam que esses primeiros Severos foram os responsáveis por criar uma monarquia militar, buscando apoio somente entre os elementos militares para conseguirem ascender ao poder e permanecer nele por mais tempo.

Entretanto, outras frases aparecem em outras obras como as últimas palavras proferidas por Septímio. Por exemplo, tanto na obra de Aurélio Victor, *Livro dos Césares*, quanto na *História Augusta*, a última frase de Septímio teria sido: “Eu fui tudo, e isto de nada me serviu”<sup>20</sup>. Na *História Augusta* também aparece ainda outra frase possível de ter sido dita por Severo antes de falecer:

“Ocupei-me de uma pátria agitada e turbulenta e a deixo pacificada, até mesmo a Bretanha, deixando para meus filhos Antoninos, eu que estou enfermo dos pés e ve-lho, um Império vigoroso, se é que são bons, mas temo que sua má conduta desfaça minha obra”<sup>21</sup>.

Outro argumento para a caracterização da monarquia militar, que tem sido bastante discutido, é o que se refere ao aumento dos soldos e à distribuição de donativos, como forma de conseguir o apoio irrestrito dos soldados. Quase todos os autores que usam este argumento se apoiam numa passagem de Díon Cássio, na qual Caracala teria dito aos pretorianos, após o assassinato de Geta: “Ninguém sobre a terra pode ter mais dinheiro do que eu, e eu quero dá-lo todo para os soldados”<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> Coriat 1997.

<sup>19</sup> D.C. 77.17.4.

<sup>20</sup> Aur.Vic. *Lib.Caes.* 20 e *Hist.Aug. Sev.* 18.

<sup>21</sup> *Hist.Aug. Sev.* 23.

<sup>22</sup> D.C. 78.20.2.

Destarte, Mario Mazza afirma que:

“Os privilégios concedidos por Septímio Severo, e pelos seus sucessores, aos soldados foram perfeitamente justificados pela situação econômica e, na realidade, não constituíram nada além de uma necessária adequação a uma situação anterior insustentável”<sup>23</sup>.

Septímio e Caracala teriam tentado, com o aumento dos soldos, diminuir o impacto inflacionário sobre o *stipendium*, que ocorria desde o governo de Cômodo, e com isso tornar a carreira militar mais atraente e aumentar as inscrições nas legiões. Além disso, a possibilidade de casamento dada aos soldados, entre outros benefícios descritos nas fontes textuais, faria com que os filhos dos soldados se interessassem pela carreira paterna. Yann Le Bohec, no seu livro *L'Exercito Romano*, demonstra, mediante um exaustivo estudo das fontes textuais, epigráficas e numismáticas, e fazendo quadros comparativos com os governos anteriores e posteriores, que os Severos não gastaram tanto assim em soldos nem em donativos<sup>24</sup>.

Quanto à questão da utilização do exército para garantir a sucessão imperial, Louis Harmand defende que se deve apagar a tradicional distinção entre Severos e Antoninos, pela qual os primeiros defenderam a hereditariedade enquanto os segundos teriam defendido a adoção, como formas de sucessão. Os Antoninos só adotaram porque não tiveram filhos legítimos, tanto que quando foi possível, com Marco Aurélio, se optou novamente pela hereditariedade. Além disso, Septímio procurou, inicialmente, a adoção de Clódio Albino como César, para só depois indicar os seus dois filhos como sucessores<sup>25</sup>. Acrescente-se ainda que mesmo utilizando a adoção, os Antoninos não abriram mão do apoio do exército na escolha do próximo soberano, basta relembrar as indicações de generais famosos, como Trajano e Adriano. Os Antoninos também se preocuparam com o apoio das legiões aos seus indicados, além do apoio senatorial.

Assim, acreditamos que realmente os primeiros Severos procuraram apoio entre os militares, mas não foram os únicos a fazer isso, nem se apoiaram apenas nos soldados. As bases da associação do imperador com o exército foram firmemente estabelecidas por Augusto, e os imperadores subsequentes preservaram e reelaboraram estas ideias<sup>26</sup>. Septímio Severo não tentou deliberadamente se basear unicamente no militarismo. Como todos os imperadores, ele baseou sua posição num suporte militar, mas também reconheceu a necessidade de acomodar os desejos das aristocracias, romanas e provinciais.

---

<sup>23</sup> Mazza 1970 459.

<sup>24</sup> Le Bohec 1993 283-290.

<sup>25</sup> Harmand 1960 21.

<sup>26</sup> Campbell 1984 409.

Depois da morte de Septímio, subiram ao poder seus dois filhos: Geta e Caracala. A rivalidade entre os dois imperadores tornou-se rapidamente manifesta. Caracala ordenou a eliminação de Geta pelos seus centuriões e buscou o apoio dos pretorianos, prometendo-lhes uma distribuição de trigo e de moedas de prata (denários). Logo após o assassinato de Geta, ele se apresentou ao senado, buscando também adquirir o seu apoio. Vários partidários de seu irmão e membros da sua corte foram executados, junto com possíveis candidatos ao cargo imperial, como um neto de Marco Aurélio. Durante o ano de 211 d.C., em que governaram de forma colegiada, tomaram duas medidas: aprovaram no senado a *consecratio* de Septímio e assinaram um tratado de paz com os povos invasores da Bretanha, o que foi considerado uma demonstração de fragilidade dos novos imperadores, que prefeririam o armistício à guerra.

## 2. A cidadania universal

Caracala governou sozinho de 212 a 217 d.C.. Aumentou o soldo dos legionários, causando inflação. Para combatê-la, criou uma nova moeda, o Antoniano. Em 212 d.C., editou a *Constitutio Antoniniana*, uma lei imperial que concedia a cidadania romana a todos os homens livres do Império. Com esta medida, Caracala aumentou a arrecadação de impostos e a inscrição de soldados nas legiões. Somente Díon Cássio faz referência a esta medida legislativa tomada por Caracala:

“Esta foi a razão (necessidade de aumentar a arrecadação das taxas pagas pelos cidadãos) porque ele (Caracala) tornou todo o povo do Império cidadão romano. Nominalmente, ele os estava honrando, mas sua real proposta era aumentar os rendimentos, porque aumentava-se, assim, o número de pessoas que deveriam pagar as taxas”<sup>27</sup>.

Caracala também enfrentou problemas nas fronteiras, como seu pai, e acabou assassinado por comandados de seu prefeito do pretório, Opélio Macrino, em 217 d.C.. As legiões estacionadas no Oriente tentaram eleger Advento, um dos prefeitos do pretório, como imperador, mas este, alegando velhice, declinou o convite. As legiões elegeram, então, Macrino, o outro prefeito do pretório. Este tomou o nome dos Severos e deu o de Antonino a seu filho Diadúmeno e neutralizou a invasão dos Partos. Todavia, a aristocracia romana e as legiões estacionadas no Ocidente lhe foram hostis. O maior perigo ao seu governo, contudo, demonstrou estar no interior do próprio palácio: o poder de coalização das princesas sírias. Júlia Mesa, irmã de Júlia Domna, e suas filhas Júlia Soêmia e Júlia Mamea conseguiram, após farta distribuição de moedas e da divulgação da notícia da existência de um filho de Caracala, que as legiões da

---

<sup>27</sup> D.C. 78.9.3-7.

Síria proclamassem Heliogábalo, filho de Soêmia, imperador. Macrino acabou sendo morto junto com seu filho na Bitínia pelos soldados que anteriormente haviam legitimado o seu poder.

Heliogábalo foi apresentado às tropas como sucessor direto dos Severos, em 218 d.C., como o propretado filho de Caracala. Para debelar a oposição, mandou executar vários governadores provinciais, legados legionários e senadores. Para manter um certo equilíbrio nas contas do tesouro, multiplicou as execuções e os consequentes confiscos dos bens dos condenados. Seus costumes orientalizantes são ressaltados pelas fontes como motivo de descontentamento da aristocracia romana, desde sempre autoproclamada defensora do *mos maiorum*. Heliogábalo se apresentava vestido com roupas orientais e gastava muito tempo fazendo culto ao deus Elagabal de Émesa, um meteorito negro trazido para Roma. A crise econômica se manteve e as despesas aumentaram com o serviço de corte e com a manutenção do exército. O agravamento da situação fronteira, com o acirramento das invasões, principalmente no lado oriental do Império, acabou concorrendo para a eliminação de Heliogábalo e de Júlia Soêmia pelos pretorianos, em 222 d.C., que entregaram o poder ao filho de Júlia Mamea, Severo Alexandre.

Este buscou apoio no exército e no senado conjuntamente, o que lhe valeu a entrada no rol dos denominados “bons imperadores” na historiografia imperial de cunho aristocrático. Tinha apenas quinze anos quando ascendeu ao poder e acabou sendo bastante influenciado pelas mulheres de sua família. Devolveu o deus Elagabal a Émesa e retirou de cargos importantes homens fiéis a Heliogábalo. Porém, com a iminência da guerra contra os Persas Sassânidas, começaram a surgir algumas rebeliões militares nas legiões alocadas no Egito e na Síria, que tinham a intenção de provocar uma mudança de imperador. As dificuldades econômicas continuavam e geravam inflação, o que acabava por diminuir o poder de compra dos soldados, acarretando um aumento do descontentamento das legiões. Agitações internas, como a da Mauritânia em 227 d.C., e os combates sucessivos, como contra os Persas em 231-232 d.C. e contra os Alamanos em 234-235 d.C., enfraqueceram o tesouro, o exército e o imperador. Tornaram-se comuns os motins de soldados provenientes de áreas ocidentais, desejosos de abandonar os campos de batalha no Oriente e retornar às suas terras de origem.

Neste ínterim, toda vez que rumores de negociações com os invasores em termos prejudiciais para Roma apareciam, a fraqueza do imperador se tornava ainda mais evidente. Desta forma, em 235 d.C., Severo Alexandre e sua mãe acabaram sendo assassinados a mando de um antigo soldado de origem trácia, chamado Maximino, que rapidamente se fez aclamar imperador. Soldado de carreira, descendente de pastores, ele não buscou legitimação estabelecendo laços fictícios com os imperadores anteriores, mas trilhou caminhos novos à frente do Império, enfrentando vários movimentos de oposição à sua pessoa e ao seu governo.

### 3. Corte e elementos africanos e orientalizes

A corte severiana foi composta por homens e mulheres que compartilhavam com o príncipe o espaço da *domus* imperial ou *palatium*, ou seja, podiam se deslocar pela residência imperial e compartilhavam da proximidade da figura e da família do imperador. Em latim, o termo que aparece para caracterizar estas pessoas é *aula Caesaris*. Trata-se de um grupo heterogêneo na sua composição e bastante flutuante em termos de número e características peculiares. Para Robert Turcan é um tipo de estado dentro do Estado, que acaba por se confundir muitas vezes com o Estado, pela possibilidade de obter benesses imperiais e de influenciar a tomada de decisões<sup>28</sup>.

Como Septímio Severo nasceu no norte da África, na cidade de Leptis Magna, e sua esposa, Julia Domna, vinha do Oriente (Émesa), costuma-se buscar perceber a adição ao funcionamento da corte de elementos africanizados e/ou orientalizes. Todavia, acreditamos que a família severiana se comportou no poder como uma boa família romana, apesar de suspeitas lançadas por seus contemporâneos, como Dión Cássio, que ao relatar as festividades do casamento de Caracala com Plautila, filha de Plauciano, enfatiza um certo caráter bárbaro no cardápio oferecido no banquete: “E nós participamos juntos de um banquete, em parte real em parte com um estilo bárbaro, no qual foram servidos não somente todas as costumeiras carnes cozidas, mas também carne crua e diversos animais ainda vivos”<sup>29</sup>.

O termo “corte” começou a ser empregado no início do século XIII para designar tanto o conjunto de funcionários que cercava o rei, trabalhando para este principalmente dentro dos limites do palácio, quanto os parlamentos que se formaram na Espanha medieval, mais precisamente nos reinos de Leão e Castela, por volta do ano de 1230<sup>30</sup>. Ele tem sido, desde então, recorrentemente empregado no estudo da sociedade romana para designar o grupo de pessoas que cercava, acompanhava e servia os imperadores.

Na documentação textual relativa aos governos dos imperadores severianos, aparecem também as palavras gregas *terapontes* (os servidores devotados de nascimento livre que recebem voluntariamente um serviço honorável)<sup>31</sup> e *oikeioi* (os familiares, os da casa)<sup>32</sup>, e o verbo *proseko* (vir até alguém ou obedecer, ser devotado)<sup>33</sup> para identificar estes cortesãos. Devemos registrar também o aparecimento da expressão *oi peri ten aulen*, que pode ser traduzida de forma

---

<sup>28</sup> Turcan 1987 10.

<sup>29</sup> D.C. 77.1.3.

<sup>30</sup> Cook 1983 74 -75.

<sup>31</sup> Por exemplo, Hdn. 2.10.4.

<sup>32</sup> Hdn. 4.6.1.

<sup>33</sup> Hdn. 4.3.3.

literal por “os que cercam”, “os que estão dispostos em torno de alguém”<sup>34</sup>. Também em viagens, os soberanos levavam consigo alguns familiares, amigos e servidores, cujas funções eles não poderiam dispensar. Como indicou Herodiano, onde o imperador se encontrava, ali estava Roma<sup>35</sup>.

Em sentido amplo, a corte era formada pelos familiares, amigos, servidores e funcionários do imperador, fossem estes escravos, libertos ou livres. Alguns habitavam nas dependências imperiais no Palatino, enquanto outros moravam em suas próprias residências e iam ao palácio apenas para prestar os seus serviços. Entre os que serviam o soberano sem pertencer à casa imperial estavam, por exemplo, os mestres retores, os astrólogos e os médicos.

Para Herodiano, o caráter dos membros de uma corte vinculava-se diretamente ao caráter do príncipe. Este costumava se deixar rodear por pessoas que combinavam com ele em termos de vícios e virtudes. Herodiano cita, por exemplo, as críticas que Septímio Severo teria feito à corte de Cômodo, responsável em parte pelo seu mau governo, pois seus membros compartilhavam dos vícios do imperador e eram seus cúmplices nas suas más ações<sup>36</sup>. O grau da influência de um servidor sobre o governante dependia do caráter do imperador, da relação que o cortesão desenvolvia com ele e da posição hierárquica assumida pelo cortesão no cada vez mais complexo serviço palaciano.

Conhecemos várias conjurações, que visavam a eliminação capital do soberano, que contaram em suas fileiras com a participação dos cortesãos. Os mentores normalmente eram senadores ou equestres, e os executores eram pessoas advindas de estratos mais baixos da população, que tinham acesso à pessoa do príncipe. No caso de Cômodo, por exemplo, os mentores foram Leto e Márcia, mas o executor foi Narciso, um jovem liberto que estrangulou Cômodo<sup>37</sup>. Septímio faleceu de doença, mas antes disso, Caracala havia tentado acelerar a sua enfermidade, buscando persuadir os médicos que o assistiam a não ministrarem-lhe a medicação devida<sup>38</sup>.

Geta e Caracala construíram cortes paralelas, que agiam dentro dos valores sociais vigentes, ou seja, serviam quase sempre com dedicação os seus respectivos senhores, mas ao servirem-nos buscavam ao mesmo tempo enfraquecer o poder do outro imperador. Como afirma Herodiano: “De ambas as partes seus aduladores e serviçais incitavam a sua inimizade, alimentando a sua inclinação para a discórdia própria dos jovens”<sup>39</sup>.

O medo de envenenamento por intermédio de copeiros e cozinheiros era tão grande e constante que Júlia Mamea não permitia que seu filho, Severo

---

<sup>34</sup> Hdn. 5.3.2.

<sup>35</sup> Hdn. 1.6.5.

<sup>36</sup> Hdn. 2.10.3.

<sup>37</sup> Hdn. 1.17.11.

<sup>38</sup> Hdn. 3.15.2.

<sup>39</sup> Hdn. 3.10.4.

Alexandre, provasse bebidas ou manjares enviados por Heliogábalo, já que o próprio imperador ou algum de seus apoiadores poderia utilizar este expediente para eliminar Alexandre. Além disso, os cozinheiros e copeiros de Alexandre não eram os que prestavam serviço geral no palácio, mas homens escolhidos por sua mãe e sobre cuja lealdade não havia dúvidas<sup>40</sup>.

J. Crook, no livro *Consilium Principis*, ressalta a existência de um conselho de amigos do príncipe que se reunia no palácio, a pedido do soberano e de acordo com sua agenda e necessidade, intentando aconselhá-lo ao longo de seu governo<sup>41</sup>. Sua composição, função e funcionamento variaram de um imperador para outro, seguindo as circunstâncias, mas de um modo geral ele era composto por homens úteis, técnicos eficazes e pessoas bem informadas. Segundo Turcan, estes altos funcionários bastante experimentados constituíam a equipe governamental com a qual o imperador trabalhava constantemente. Eles asseguravam também uma certa continuidade de um governo para outro. Os conselheiros se reuniam em horários diferentes do dia, segundo as urgências ou as rotinas. Serviam como uma instância que acumulava as funções de comitê legislativo e de um conselho privado dos *amici principis*, pois as leis eram elaboradas e decididas no Palatino por meio dos éditos<sup>42</sup>. No caso de Severo Alexandre, por exemplo, seu conselho, organizado por sua avó e por sua mãe, acabou funcionando como um verdadeiro conselho de regência, devido à sua pouca idade<sup>43</sup>.

Tratando-se do período severiano, não podemos nos esquecer do famoso círculo de intelectuais que cercava Júlia Domna<sup>44</sup> e que estimulou a divulgação da segunda sofística<sup>45</sup>. Faziam parte deste círculo homens como o poeta Opiano, o médico Galeno, o historiador Diógenes Laércio, o filósofo Filóstrato - biógrafo do taumaturgo Apolônio de Tiana - os juristas Ulpiano e Papiniano, entre outros, que muitas vezes acabaram por ocupar cargos importantes junto aos imperadores<sup>46</sup>. Indubitavelmente eles imprimiram marcas sensíveis na vida social, artística e literária de seus contemporâneos.

De palco de prestação de serviços práticos e cotidianos, a *aula* foi se transformando numa instituição característica do sistema imperial romano. Um local de conflitos, no qual os descontentamentos se expressavam num ambiente bem próximo do governante, onde público e privado se misturavam sem limites rígidos definidos. Apesar das intrigas e conjurações ocorridas no

---

<sup>40</sup> Hdn. 5.8.1.

<sup>41</sup> Crook 1955 78.

<sup>42</sup> Turcan 1987 143-146.

<sup>43</sup> Hdn. 6.1.2.

<sup>44</sup> Penella 1979 161-168.

<sup>45</sup> Temos informações a respeito da carta de número setenta e três de Flávio Filóstrato, endereçada exatamente a Júlia Domna, na qual ele distingue a antiga da segunda sofística, e a famosa referência à segunda sofística na obra *Vidas dos Sofistas* do mesmo Filóstrato.

<sup>46</sup> Turcan 1987 212.

seu interior, o serviço palaciano nunca deixou de existir. Ele foi se tornando mais complexo e hierarquizado, seus cargos foram recebendo novas nomenclaturas e abarcando novos serviços. A *vita imperatoria* não é somente aquela dos imperadores, mas de todo o aparelho do Palatino e do que se chama comumente de corte<sup>47</sup>.

Portanto, os sucessores dos Antoninos não foram tão militarizados ou estrangeiros aos cânones do poder quanto a historiografia mais tradicional gostaria de demonstrar. Ao contrário, os imperadores Severos foram responsáveis por inúmeras inovações e recuperações capazes de garantir a permanência de um Império territorial nas mãos dos dignatários romanos por mais alguns séculos.

## Tábua Cronológica

161-180 d.C. Governos de Marco Aurélio e Lúcio Vero (morto em 169 d.C.)  
162-166 d.C. Guerras contra os Partos  
166-172 e 177-180 d.C. Guerras contra Marcomanos e Sármatas  
180-192 d.C. Governo de Cômodo  
193 d.C. Governo de Pertinaz; Governo de Dídio Juliano  
193-211 d.C. Governo de Septímio Severo  
194 d.C. Derrota de Pescênio Nigro em Isso  
197 d.C. Derrota de Clódio Albino em Lyon  
197-199 d.C. Guerras contra os Partos  
208-211 d.C. Guerra contra os Bretões  
211-217 d.C. Governos de Caracala e Geta (morto em 212 d.C.)  
212 d.C. Promulgação da *Constitutio Antoniniana*  
217-218 d.C. Governo de Macrino  
218-222 d.C. Governo de Heliogábalos  
222-235 d.C. Governo de Severo Alexandre  
235-238 d.C. Governo de Maximino Trácio

## Bibliografia

- Bell, H. I. (1947), "The *Constitutio Antoniana*", *JRS* 37 17-23.  
Campbell, J. B. (1984), *The Emperor and the Roman Army*. Oxford, Clarendon Press.  
Carrié, J.M. - Rousselle, A. (1999), *L'Empire Romain em Mutation, des Sévères à Constantin*. Paris, Seuil.  
Cook, Ch. (org.) (1983), *Dictionary of Historical Terms*. London, Macmillan.  
Coriat, J.P. (1997), *Le Prince Législateur*. Rome, École Française de Rome.  
Crook, J. (1955), *Consilium Principis*. Cambridge, University Press.  
De Martino, F. (1974), *Storia della Costituzione Romana*. Napoli, Dott. Eugenio Jovene.  
D'Ors, A. (1956), "Estudios sobre la *Constitutio Antoniniana*", *Emerita* 24 1-26.  
Grimal, P. (1997), *O Século de Augusto*. Lisboa, Setenta.  
Harmand, L. (1960), "Le Monde Romain sous les Antonins et les Sévères". *L'Information Historique*. 22 21-29.  
Le Bohec, Y. (1993), *L'Esercito Romano*. Roma, La Nuova Italia Scientifica.

---

<sup>47</sup> Idem 10.

- Manni, E. (1947), "La Lotta di Settimio Severo per la Conquista del Potere", *Rivista di Filologia Classica*. 75 211-243.
- Mazza, M. (1970), *Lotte Sociali e Restaurazione Autoritaria nel III Secolo d.C.* Catania, Università.
- Penella, R.J. (1979), "Philostratus' Letter to Julia Domna", *Hermes* 107 161-168.
- Rémondon, R. (1967), *La Crisis del Imperio Romano*. Barcelona, Labor.
- Swain, S. – Harrison, S. – Elsner, J. eds (2007), *Severan Culture*. Cambridge, University Press.
- Talamanca, M. (1971), "Effetti della Constitutio Antoniniana" in *Studi in Onore di E. Volterra*. Milano, A. Giuffrè 433-560.
- Turcan, R. (1987), *Vivre à la Cour des Césars*. Paris, Les Belles Lettres.
- Walbank, F.W. (1981), *La Pavorosa Revolución*. Madrid, Alianza.